



Internet e cidadania¹: A transferência e uso da informação na construção da cidadania digital

Angela Maria Grossi de Carvalho (UNESP)²
Plácida Leopoldina Ventura Amorim da Costa Santos (UNESP)³

RESUMO

A cidadania digital é um tema que tem estado em evidência desde o início do século XXI no Brasil e em todo mundo. A possibilidade de se criar milhões de excluídos digitais tem feito com que os Estados busquem alternativas para a entrada dos cidadãos na rede. Esse trabalho analisa os programas de inclusão digital do governo federal, apontando como a transferência de informação pode ser uma alternativa para o uso consciente da informação pelo cidadão que está sendo inserido na rede.

PALAVRAS-CHAVE: Sociedade da Informação; Tecnologias da Informação e Comunicação; Inclusão Digital; Tecnologia e Informação; Transferência de Informação.

INTERNET E CIDADANIA

Dentre as tecnologias, talvez a mais emergente seja a Internet. Com uma rápida expansão, a rede vem mudando a sociedade, os hábitos e as formas de trabalho, ensino, comunicação e informação. Constitui-se o que teórico Marshall McLuhan (1977) definiu há mais de três décadas como uma aldeia global, que dá meios para interligar as populações distantes fisicamente, permitindo-lhes interagir simultaneamente através da rede mundial de computadores, interligadas via cabo, ondas de rádio ou pulso telefônico.

¹ Trabalho apresentado no Endocom – Encontro de Informação em Ciências da Comunicação, evento componente do XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Jornalista, mestre em Educação e doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UNESP de Marília. Contato: angelacarvalho@marilia.unesp.br

³ Professora da Faculdade de Filosofia e Ciências, Departamento de Ciência da Informação e do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação – UNESP/Marília, Doutora em Linguística pela Universidade de São Paulo (USP). Contato: plácida@marilia.unesp.br

Segundo Carvalho (2005, p. 48) “desde o final da década de 1960, a Organização das Nações Unidas (ONU) vê as tecnologias da informação e comunicação como vetores para o crescimento econômico e social”. Nas duas décadas seguintes, vários países, dentre eles o Brasil, criaram “planos nacionais de capacitação tecnológica e de produção doméstica de bens e serviços em informática, como potenciais atalhos rumo ao desenvolvimento” (TAKAHASHI, 2000, p. 47). A própria evolução da Internet no Brasil mostra a preocupação do governo militar em dominar um campo extremamente estratégico, o tecnológico. Depois foram os centros de pesquisa e a área acadêmica que voltaram suas atenções para a comunicação em rede.

Com avanços significativos, após treze anos da sua implantação comercial no Brasil, a Internet hoje conta com mais de 1.342.327⁴ *hosts*⁵, e com mais da metade dos domicílios com acesso a internet, chegando a 34% de internautas no país (CETIC, 2007), um aumento de seis pontos em relação a 2006. “Um percentual de 53% dos entrevistados informou já ter usado um computador, sendo que 40% dos respondentes são considerados usuários, dado que informaram ter se utilizado do equipamento nos últimos três meses” (CETIC, 2008, p. 35). A aquisição de computadores entre a população com renda entre 3 e 5 salários também aumentou, passou dos 23% em 2006 para os 40% em 2007. Esses dados representam muito na construção da cidadania digital para os brasileiros. Mostram também que os programas que inclusão digital, entre o *Computador para Todos*, destinado basicamente a população de baixa renda, têm alcançado seus objetivos de popularização dos computadores e, conseqüentemente, do acesso à rede.

Quando abordamos as Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs⁶), a discussão deve partir do viés das políticas públicas e ações da sociedade civil organizada para que possa ter sucesso. Não basta apenas o simples incentivo. São necessárias propostas e ações para que o mundo digital não seja mais um espaço apenas para os mais abastados. É bem sabido que “o maior acesso à informação poderá conduzir as sociedades e relações sociais mais democráticas, mas também poderá gerar uma nova lógica de exclusão, acentuando as desigualdades e exclusões já existentes” (TAKAHASHI, 2000, p. 7). Assim, faz-se necessário pensar os projetos de

⁴ Comitê Gestor da Internet no Brasil, maio de 2008. Disponível em: <<http://www.cetic.br/>>. Acesso em: maio de 2008.

⁵ No contexto da Internet um host é um computador ou dispositivo que possui um endereço Internet e possa se comunicar com outros hosts; é um nó da rede. Pode ser também um computador ligado permanentemente à rede, que, entre outras coisas, armazena arquivos e permite o acesso de usuários; também chamado de nó. Na Internet, um computador que tem acesso bidirecional completo a outros computadores. Um host tem um número específico que, somado ao número da rede, forma seu endereço IP.

⁶ Para melhor compreensão utilizaremos ao longo do texto a abreviação TICs para nos referirmos as Tecnologias da Informação e Comunicação.

inclusão digital que trabalhem não só com a entrada do cidadão na rede, mas também que ele seja capaz de transferir informação e gerar conhecimento.

CIDADANIA DIGITAL E OS PROGRAMAS DE INCLUSÃO DO GOVERNO FEDERAL

O termo “inclusão digital” remete a um processo em que a pessoa ou grupo de pessoas passa a compartilhar dos métodos de processamento, transferência e armazenamento de informações que já são do uso e do costume de outro grupo. Percebe-se que a discussão que se faz sobre a inclusão digital é a viabilização do meio, ou seja, a democratização da Internet, utilizando o espaço público virtual como um facilitador para diminuição das desigualdades sociais, fazendo com que a grande rede abra espaço para todos os cidadãos. Essa preocupação existe justamente para que a grande maioria da população que não tem condições financeiras possa se beneficiar com as possibilidades oferecidas pela rede. Esse é o lado mais trabalhado da exclusão digital, o da conectividade. Mas não basta estar conectado, é necessário também a apreensão, assimilação e utilização das técnicas e procedimentos necessários para o bom uso das informações disponíveis na rede.

Assim vivemos num momento de *apartheid* digital⁷, com imensos desafios políticos, culturais, econômicos e sociais que estão por trás da inclusão da parte marginalizada da população no universo digital. Para quem está conectado, “a navegação estimula a criatividade, permite realizar pesquisas sobre inúmeros temas e encontrar com maior velocidade o resultado de sua busca”. (SILVEIRA, 2001, p. 17).

Não basta apenas o acesso para que esse internauta seja considerado um cidadão digital. Quem não tem pleno domínio também se transforma em um excluído. O simples acesso não garante condições de uso adequado da tecnologia disponível e, muitas vezes, ela pode se transformar em mais uma barreira no acesso e uso das informações disponíveis.

Obviamente esse não é o único fator, as desigualdades social, econômica e cultural também contribuem para um alargamento das distâncias entre o cidadão e a tecnologia. “O agravamento da desigualdade tecnológica na era da informação ocorre por fatores históricos, econômicos e

⁷ A expressão *apartheid digital* é utilizada por Silveira (2001) para comparar o momento vivido da exclusão digital com o do *apartheid* na África do Sul.

políticos, mas é sustentado pela exclusão do conjunto da população do acesso às tecnologias e de seu desenvolvimento”. (SILVEIRA, 2001, p. 25).

A inclusão digital tem tido um peso importante, pois “a exclusão digital impede que se reduza a exclusão social, uma vez que as principais atividades econômicas, governamentais e boa parte da produção cultural da sociedade vão migrando para a rede”. (SILVEIRA, 2001, p. 18). Essa migração é tão urgente quanto necessária e deve estar ao alcance de todos. A informação tem uma grande importância na sociedade atual e, como nunca antes visto, passou a ser fator predominante na vida das pessoas.

Não basta apresentar a pessoa ao mundo digital, temos que fazer com que ela se sinta parte dele e conheça o todo desse universo e não apenas um lado dele. Isso só será possível se houver uma cooperação entre os agentes sociais responsáveis por essa inclusão, por meio de uma ação conjunta entre Estado, Sociedade Civil e Terceiro Setor voltada à transferência de informação, armazenamento e apreensão da informação existente na rede e para a rede.

Atualmente, a inclusão digital do governo brasileiro é encabeçada pelos Projetos *Cidadão Conectado – computador para todos*, que se trata de um projeto que faz parte do Programa Brasileiro de Inclusão Digital do Governo Federal, iniciado em 2003, mais precisamente a partir da instalação do governo Lula. O *Computador para Todos* tem como objetivo principal possibilitar a população que não tem acesso ao computador possa adquirir um equipamento de qualidade, com sistema operacional e aplicativos em software livre, que atendam ao máximo às demandas de usuários, além de permitir acesso à Internet. Os computadores devem ter o valor de até R\$ 1.200 e devem obedecer à configuração mínima exigida pelo projeto e podem ser parcelados em prestações de R\$ 50,00. A partir de 2007 o projeto também passou a financiar a compra de Notebooks com valores até R\$ 1.800,00, desde que atendam a configurações mínimas descritas no portal do programa. O incentivo se dá pela isenção de impostos e pelo financiamento facilitado.

De acordo com dados da Abinee/IT Data⁸, até maio deste ano foram vendidos 70 mil PCs com as especificações do "Computador para Todos". Esse número refere-se às vendas com as configurações do programa e não às vendas com a utilização de financiamento governamental. Desde o lançamento do programa a Abinee estima a venda de mais de 300 mil unidades nesse padrão. Já o governo, discorda dos números apresentados e acredita ter chegado à meta de um

⁸ Disponível em: <http://www.abinee.org.br/noticias/sobre.htm>

milhão, visto o número de cópias do Linux embarcadas em máquinas com preços populares. A pesquisa sobre o uso das Tecnologias da Informação e da Comunicação no Brasil *TIC DOMICÍLIOS e TIC EMPRESAS*, realizada pela CETIC (2008, p. 35) aponta que:

houve um crescimento de quatro pontos percentuais nas aquisições domiciliares de computadores, que em 2007 estavam presentes em 24% das residências brasileiras. O crescimento mais expressivo da aquisição de computadores ocorreu em domicílios com renda entre 3 e 5 salários mínimos, nos quais a penetração passou de 23% para 40% no período. A proporção de domicílios com computador cresceu em todas as regiões de 2006 para 2007. Este aumento é maior nas regiões Centro-Oeste (de 19% em 2006 para 26% em 2007), Sul (de 25% para 31%) e Sudeste (24% para 30%). A proporção de domicílios com computador é menor nas regiões Norte (13%) e Nordeste (11%) e o crescimento do indicador nestas regiões também foi menor, ficando em 3 e 2 pontos percentuais, respectivamente. Esses números mostram claramente o impacto do Programa Computador para Todos do Governo Federal que reduziu a carga de impostos para possibilitar que a Classe C pudesse adquirir esse equipamento a custos menores.

Com esses dados, percebemos a importância do *Programa Computador para Todos* principalmente nas classes de mais baixa renda. A estimativa do governo brasileiro é que neste ano o crescimento seja ainda mais expressivo na classe C, que hoje constitui cerca da metade da população do país. Para que as classes D e E tenham acesso às TICs são incentivados o desenvolvimento dos centros públicos de acesso à Internet, sendo eles pagos ou gratuitos, mantidos pelo Governo Federal, como por estados, municípios e Organizações Não-Governamentais, isso se deve ao fator econômico dessas classes.

Já o *Casa Brasil* é uma iniciativa do Governo Federal que reúne esforços de diversos ministérios, órgãos públicos, bancos e empresas estatais⁹ para levar inclusão digital, cidadania, cultura e lazer às comunidades de baixa renda. A Coordenação Nacional do *Casa Brasil* foi estabelecida em decreto presidencial em 11 de março de 2005. Há dois comitês que definem os rumos do projeto: o Comitê Gestor, coordenado pela Casa Civil da Presidência da República, e o Comitê Executivo, coordenado pelo Ministério da Ciência e Tecnologia. A Secretaria Executiva de ambos é o Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI). A função do projeto é implantar espaços multifuncionais de conhecimento e cidadania em comunidades de baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), sempre buscando parcerias com as instituições locais. O *Casa Brasil* prevê em cada telecentro o uso de software livre, além disso, os espaços

⁹ Os órgãos que trabalham em conjunto no Projeto Casa Brasil são: Ministério da Ciência e Tecnologia, Instituto Nacional de TI, Ministério do Planejamento, Ministério das Comunicações, Ministério da Cultura, Ministério da Educação, Secom, Petrobras, Eletrobrás/Eletronorte, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal

devem conter uma biblioteca popular, um auditório, um estúdio multimídia, uma oficina de produção de rádio, um laboratório de popularização da ciência ou uma oficina de manutenção de equipamentos de informática, um espaço para atividades comunitárias, além de um módulo de inclusão bancária nas localidades onde for possível. Hoje existem 74 unidades em funcionamento, que atendem cerca de 20 mil pessoas/mês. O programa aponta a capacitação de mais de 1.000 pessoas até o momento nas 37 oficinas livres oferecidas a partir da plataforma de educação à distância construída pelo projeto. O projeto prevê ao todo 86 unidades, que foram selecionadas por meio de edital do CNPq e que devem ser implantadas nas maiores cidades das cinco macro-regiões. O Grande diferencial do projeto Casa Brasil é a capacitação dada aos usuários. Este talvez seja um dos poucos projetos de inclusão digital que busca não apenas a conectividade, mas o uso da informação, fornecendo subsídios para que os cidadãos consigam utilizar a tecnologia no seu todo.

O Governo brasileiro mantém outros projetos de menor destaque, são eles: *Centros de Inclusão Digital* é mais uma ação que compõe o Programa de Inclusão Digital do Ministério da Ciência Tecnologia, é mais um instrumento de promoção da inclusão social promovida pela Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social (SECIS), tem como público-alvo a população menos favorecida e visa o o acesso às TICs por meio da capacitação e a prática das técnicas computacionais. Tem como foco o aperfeiçoamento da qualidade profissional e a melhoria do ensino; *Telecentros Banco do Brasil* que por meio da modernização do parque tecnológico do Banco do Brasil está fazendo a substituição de cerca de 60 mil microcomputadores, os computadores obsoletos foram doados com o intuito de promover a inclusão digital por meio de telecentros comunitários. Assim os micros doados funcionam como estações de trabalho e a infra-estrutura é complementada com um servidor, estabilizadores e switch ficam a disposição da comunidade; O *Quiosque do Cidadão*¹⁰, criado em julho de 2004 tem por objetivo a promoção da inclusão digital da população de pequenas cidades do Centro-Oeste. Cada *Quiosque do Cidadão* conta com quatro computadores conectados à internet, que trabalham com software livre. O projeto também treina funcionários escolhidos pelas prefeituras para orientar o uso dos terminais pelos cidadãos e disponibiliza informações sobre saúde, cidadania e educação. Atualmente conta com 100 mil usuários de 22 municípios da *Região Integrada de Desenvolvimento do Entorno do Distrito Federal e de Goiás* (Ride) e de cidades no

¹⁰ Disponível em: <http://www.integracao.gov.br/comunicacao/noticias/noticia.asp?id=1687>

Vale do Araguaia (Aruanã, Mundo Novo, São Miguel do Araguaia e Nova Crixás); Já o *ProInfo - Programa Nacional de Informática na Educação*¹¹ é um programa educacional criado pela Portaria nº 522, de 9 de abril de 1997, pelo Ministério da Educação, para promover o uso pedagógico da informática na rede pública de ensino fundamental e médio. O ProInfo é desenvolvido pela Secretaria de Educação a Distância (SEED), por meio do Departamento de Infra-Estrutura Tecnológica (DITEC), em parceria com as Secretarias de Educação Estaduais e Municipais. Seu objetivo principal é a introdução das TICs nas escolas da rede pública; *TIN - Telecentros de Informação e Negócios*¹² é um ambiente voltado para a oferta de cursos e treinamentos presenciais e à distância, informações, serviços e oportunidades de negócios com vistas ao fortalecimento das condições de competitividade da microempresa e da empresa de pequeno porte e o estímulo à criação de novos empreendimentos. Serve como um instrumento para aproximar os empresários, as instituições públicas e privadas, as organizações não governamentais e a sociedade em geral; Outro projeto do governo federal é o *Projeto Computadores para Inclusão*¹³ envolve a administração federal e seus parceiros num esforço conjunto para a oferta de equipamentos de informática recondicionados, em plenas condições operacionais, para apoiar a disseminação de telecentros comunitários e a informatização das escolas públicas e bibliotecas; O *Serpro Cidadão*¹⁴ faz parte de um projeto do Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO), que é a maior empresa pública de prestação de serviços em tecnologia da informação do Brasil. Foi criado pela Lei nº 4.516, de 1º de dezembro de 1964, para modernizar e dar agilidade a setores estratégicos da administração pública. É uma empresa vinculada ao Ministério da Fazenda e cresceu desenvolvendo programas e serviços que permitiram maior controle e transparência sobre a receita e os gastos públicos. Consolidou-se, ao longo desses anos, aprimorando tecnologias adotadas por diversos órgãos públicos federais, estaduais e municipais, e incorporadas à vida do cidadão brasileiro; Já o *Programa Estação Digital*¹⁵ consiste em Estações Digitais implantadas nas comunidades que não têm acesso a essas tecnologias, em parceria com entidades locais e organizações do Terceiro Setor. Sempre que

¹¹ Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/seed/index.php?option=content&task=view&id=136&Itemid=273>

¹² Disponível em:

<http://www.telecentros.desenvolvimento.gov.br/sitio/sobre/apresentacao/>

¹³ Disponível em:

<http://www.governoeletronico.gov.br/governoeletronico/publicacao/noticia.wsp?tmp.noticia=1872&tmp.area=78&w.i.redirect=F192AG1WJY>

¹⁴ Disponível em : <http://www.serpro.gov.br/instituicao/quem/>.

¹⁵ Disponível em: <http://www.fbb.org.br/estacaodigital/action/publico/sobreOPrograma.fbb>

possível, busca-se o fortalecimento dessa ação integrando-a a outros programas já desenvolvidos pela Fundação; O *Gesac - Governo Eletrônico Serviço de Atendimento ao Cidadão*¹⁶ trata-se do portal de inclusão digital do governo federal.; *Maré - Telecentros da Pesca*¹⁷ é um braço do GESAC; *Os Centros Vocacionais Tecnológicos (CVTs)* diferenciam-se por serem unidades de ensino e de profissionalização, tem como foco a difusão do acesso ao conhecimento científico e tecnológico, conhecimentos práticos na área de serviços técnicos, além da transferência de conhecimentos tecnológicos na área de processo produtivo, por meio de uma unidade de formação profissional básica, de experimentação científica, de investigação da realidade e prestação de serviços especializados, levando-se sempre em conta a vocação da região onde está inserido. Desde 2003, o Ministério da Ciência e Tecnologia apoiou a criação de 236 CVTs em todo o Brasil. Além desses projetos, o governo brasileiro possui projetos como *UCA – Um Computador por Aluno*, com laptops mais baratos para os alunos das escolas públicas, os *Pontos de Cultura* e o *Observatório Nacional de Inclusão Digital*.

O *Programa de Inclusão Digital* do governo federal, que abarca todos os projetos aqui apresentados, tem por objetivo controlar o alargamento da brecha digital. É evidente que as ações propostas até o momento não dão conta do contingente de excluídos do país, já que as desigualdades sociais no Brasil, como a falta de trabalho, educação, moradia, saneamento básico, saúde e tantas outras que, direta ou indiretamente, afetam o dia-a-dia do cidadão e, conseqüentemente, seus direitos como tal, não são recentes nem tampouco imperceptíveis. “Na verdade, a única inclusão ou exclusão que existe é a social – de conhecimento, informação, gênero, raça, justiça e cidadania”. (RANGEL, 2003).

Um fator importante a ser considerado, e que reforça ainda mais a necessidade de se implementar uma política de inclusão digital voltada a transferência de informação, é a identificação das demandas informacionais. Segundo Seabra (2004)

¹⁶Disponível em: <http://www.mct.gov.br/html/template/frameSet.php?urlFrame=http://www.inclusaodigital.gov.br&objMct=Inclusão%20Digital>

¹⁷ É um braço do Gesac. Disponível em: <http://200.198.202.145/seap/telecentro/>

[...] a produção de conteúdos deve ser vista como uma estratégia importante no processo de inclusão, somando-se aos demais esforços, como a formação e capacitação de multiplicadores, criação de redes locais e comunidades virtuais, bem como integração com políticas públicas e ações de responsabilidade social.

A produção de conteúdos pode gerar coletivos inteligentes¹⁸ e conscientes de seu papel na sociedade. Com a informação sendo usada a seu favor, o cidadão pode ser beneficiado em vários setores, como o econômico, cultural e social. Segundo Silva Filho (2003) “três pilares formam um tripé fundamental para que a inclusão digital aconteça: TIC, renda e educação”. Sem esses pilares qualquer ação proposta está suscetível ao fracasso, evidenciando que:

a exclusão socioeconômica desencadeia a exclusão digital ao mesmo tempo que a exclusão digital aprofunda a exclusão socioeconômica. A inclusão digital deve ser fruto de uma política pública com destinação orçamentária a fim de que ações promovam a inclusão e a equiparação de oportunidades a todos os cidadãos. (SILVA FILHO, 2003).

Desta forma, o cidadão de baixa escolaridade e baixa renda deve ser visto como um cidadão ativo e capaz de auxiliar nessa mudança de estrutura, mesmo que a prioridade esteja voltada a crianças e jovens.

Contudo, a inclusão digital não é apenas dar condição de acesso à tecnologia, mas sim dar condições ao acesso, à utilização, à produção e à disseminação de conhecimentos como fatores determinantes para que a inclusão digital não seja mais um elemento de exclusão social, política, econômica e de conhecimento.

TRANSFERÊNCIA DE INFORMAÇÃO E AS TICS

Na “sociedade da informação” o uso da informação é a peça chave para que um cidadão possa se tornar um agente ativo dentro da rede. Ao absorver e produzir novos conteúdos ele gera coletivos inteligentes que podem alimentar o ciclo informacional: *informação – conhecimento – desenvolvimento – informação* (BARRETO, 1998). Segundo a UNESCO (1987) “informação é um produto social e não comercial [...] Informação é, ao mesmo tempo, uma necessidade social e um elemento essencial no pleno exercício dos direitos humanos”.

O Estado, como o guardião dos direitos e deveres do cidadão, deve criar mecanismos para que o uso da informação seja garantido a todo indivíduo, já que “a informação no contexto do

¹⁸ Entendemos por coletivos inteligentes grupos organizados na rede para a produção de conteúdo informacional, cultural e social.

Estado está voltada para a análise da realidade social e subsequente elaboração, aplicação e controle de políticas públicas [...] o Estado precisa encarar a informação como um recurso de gestão e desenvolvimento para o país”. (FERREIRA, 2003, p. 37).

Em contrapartida, a sociedade civil tem por obrigação desenvolver o potencial criativo e intelectual dos indivíduos, dando sentido as ações realizadas pelo cidadão em seu cotidiano, criando mecanismos para que os seus anseios possam ser tornados públicos por meio de políticas governamentais, refletindo assim diretamente na qualidade de vida da população, além de “permitir o exercício da cidadania, o que só é possível se os cidadãos tiverem o pleno conhecimento de seus direitos e deveres”. (FERREIRA, 2003, p. 37).

De acordo com Scotti (1999) “a informação [...] tem se constituído num instrumento imprescindível ao desenvolvimento social, político e econômico dos países. [...] a informação e o conhecimento passam a constituir recursos econômicos fundamentais”. Neste sentido a criação de coletivos inteligentes é mais que uma necessidade para os países periféricos. No caso do Brasil, o uso da informação deve estar atrelado à melhoria da qualidade educacional e aumento da alfabetização da população. Com um aumento da alfabetização e um melhor uso da informação, utilizando as tecnologias da informação e comunicação como suporte, pode-se dizer que de fato o Brasil estará em uma “sociedade da informação”. Mas o que se observa atualmente é a criação de mais um fator de exclusão social, pois a simples conectividade, ou acesso, as TICs não garantem ao cidadão o uso da informação. Em boa medida dos programas governamentais e também os propostos pelas Organizações Não-Governamentais - ONGs e outros agentes da sociedade civil, não contribuem para isso. O que se percebe é uma promoção desenfreada da tecnologia, como se ela por si pudesse fazer com o que indivíduo conectado possa encontrar os caminhos, processar, disseminar e transformar a informação recebida e a ser transmitida.

Devemos considerar que o uso da informação deve ser visto como algo capaz de alterar de modo significativo à vida de um cidadão, já que a partir dela pode-se gerar novas informações, pois:

Informação é uma abstração informal, que representa algo significativo para alguém através de textos, imagens, sons ou animação. [...] Esta não é uma definição - isto é uma caracterização, porque ‘algo’, ‘significativo’ e ‘alguém’ não estão bem definidos; assumimos aqui um entendimento intuitivo desses termos. [...] Não é possível processar informação diretamente em um computador. Para isso é necessário reduzi-la a dados. [...] Uma distinção entre dado e informação é que o primeiro é puramente sintático e o segundo contém necessariamente semântica. [...] A informação é

objetiva-subjetiva no sentido que é descrita de uma forma objetiva, mas seu significado é subjetivo, dependente do usuário. (SETZER, 1999).

De acordo com Sirihal e Lourenço (snd, p. 07) a informação não pode ser vista como um produto final do processo de representação “nem algo a ser transportado de uma mente para outra, nem ainda alguma coisa separada de uma ‘cápsula de subjetividade’, mas sim uma dimensão existencial do nosso estado de convivência no mundo com os outros”.

Para que haja uma transmissão de informação é necessário um emissor, um receptor e um canal. Se o receptor, nesse caso o cidadão conectado, não tiver consciência de que seu papel pode ser transformador, se não souber usar as informações que possuem para mudar seu entorno, o uso da informação será vazio. A discussão que deve permear a entrada de qualquer cidadão na “sociedade da informação” e no uso das TICs é justamente esse, como esse cidadão pode se informar e como pode usar a informação recebida a seu favor. Com isso é possível que exista uma alavancagem nos setores econômicos, culturais e sociais, caso contrário estamos ameaçados à exclusão.

Para além do uso comum dado a informação, na Sociedade da informação ela passa a ser fator primordial para o desenvolvimento social do indivíduo. Assim, “a informação identifica-se com a organização de vários sistemas de seres vivos racionais” (BARRETO, 2005, p. 01). Para que exista o processo de transferência de informação, é necessário que seus estoques estejam organizados para que só então o fluxo informacional possa ser completado, chegando até o receptor, pois:

A informação, quando adequadamente assimilada modifica o estoque mental de informações do indivíduo e traz benefícios ao seu desenvolvimento e ao desenvolvimento da sociedade em que ele vive. É como agente mediador na produção do conhecimento, que a informação mostra as suas qualidades, de forma e substância, como: estruturas simbolicamente significantes com a (in)tenção de gerar conhecimento no indivíduo, em seu grupo e na sociedade. (BARRETO, 2005, p. 02).

Quando há interação com a tecnologia, ou com o suporte, o receptor realiza reflexões e passa a buscar conceitos intimamente ligados às informações que recebeu até então. Diante desse processo, o conhecimento vai sendo estruturado por meio de um “fluxo de processos explícitos do pensamento” (BARRETO, 2005, p. 04) e de um conjunto de manifestações tácitas, existente em cada indivíduo racional. Barreto (2005) acredita que essas proposições podem ser aplicadas a todos os tipos de estrutura de informação, influenciando na compreensão da transformação da

informação em conhecimento.

Diante da importância que a transferência de informação tem na formação/estruturação de um indivíduo, nossa indagação reside em verificar se há transferência de informação nos projetos de inclusão digital do governo federal, mapeando entre os programas apresentados o *Casa Brasil*. Pretendemos, assim, verificar se há e como se dá o processo de transferência de informação e a construção do conhecimento no processo de inclusão digital.

Nossa indagação surge ao observar que as necessidades de informação (NI) podem se manifestar de várias formas, sendo hierárquica e podendo ser comparada à teoria geral de necessidades de Maslow (FIGUEIREDO, 1996). Os níveis de necessidades de informação, sendo conscientes ou não, variam assim de acordo com a conscientização que o indivíduo tem dessas necessidades.

As NI estão intimamente relacionadas com o conceito de transferência de informação. O diagrama clássico essencial para que ocorra a transferência de informação elenca quatro elementos: o indivíduo buscando informação; a expressão de sua necessidade; as fontes de informação; e o resultado do processo, ou a solução que satisfaça as necessidades (FIGUEIREDO, 1996).

Existem também algumas barreiras que devem ser superadas para que a transferência de informação aconteça, que podem ser descritas como:

A dificuldade de definir as NI [...]; a segunda se situa entre o indivíduo e as fontes de informação [...]; a terceira barreira pode ser uma barreira intelectual [...] o usuário pode não possuir educação/capacidade de assimilar a informação que lhe foi fornecida [...]; a quarta barreira se localiza entre as NI e a fonte de informação; está relacionada com a capacidade da fonte de informação de satisfazer as necessidades de maneira aceitável e dentro de um período de tempo razoável. A quinta barreira se situa entre a NI e as possíveis soluções [...] quando o próprio serviço de informação parece inacessível por certos motivos imponderáveis de ordem social, econômica e política. A última barreira em potencial é localizada entre as fontes de informação e as soluções para as necessidades e os problemas de informação; basicamente, diz respeito à qualidade da informação fornecida e à confiabilidade das fontes. (FIGUEIREDO, 1996, p. 13-4).

Diante dessas dificuldades, nem sempre o cidadão é capaz de utilizar o potencial que as tecnologias da informação e comunicação podem oferecer, tornando-se muitas vezes um analfabeto digital e utilizando a rede e as TICs de forma primária, sem aprofundar o conhecimento e sem utilizar a informação disponível para a melhoria da sua qualidade de vida.

Não podemos negar também que existe o outro lado da moeda. Os gestores das redes e, em nosso caso, dos programas de inclusão digital, muitas vezes esquecem que esse cidadão necessitado de informação possui em seu histórico algumas ou todas essas barreiras apontadas acima e que assimilar e usar a informação disponível nem sempre é tarefa fácil.

Diante disso, fica claro que a transferência de informação só se concretiza se tivermos um receptor, um estoque e um fluxo de informação. Se em algum momento esse processo sofre falha, a comunicação não se realiza.

No cenário atual, fica evidente que o uso das tecnologias da informação e comunicação, atrelado às metas da “sociedade da informação”, pode ser de grande valia para a alavancagem da cidadania digital, visto que sua aplicabilidade em ambientes digitais e virtuais pode ser considerada um fator importante na recuperação e transferência de informação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A “sociedade da informação”, presente e ativa em boa parte do mundo, no Brasil têm buscado formas para inserir cerca de 170 milhões de pessoas no mundo digital. Com medidas tecnicistas e que pouco valorizam a produção de informação e conhecimento, o governo brasileiro, a partir de 2003 mais significativamente, vem criando ações para a inclusão digital por meio de vários projetos que integram o *Programa de Inclusão Digital* do governo federal. A sociedade civil também tem se organizado desde a implantação da internet no país com projetos que valorizam a conectividade. Assim, os projetos de inclusão digital estão na fase da conectividade, e o potencial cognitivo e inteligente dos cidadãos conectados não são valorizados.

A exclusão digital se dá ao privar o indivíduo do uso da tecnologia, da informação, do conhecimento e de todo o potencial que a rede oferece. Portanto, não basta estar conectado se não conhecer a potencialidade do sistema para utilizá-lo estrategicamente.

O governo atual, desde 2003 tomou como ponto de honra inserir os cidadãos de baixa renda nas TICs. A iniciativa é louvável, mas deve ser bem articulada política e socialmente.

Dos projetos existentes atualmente, apenas o Casa Brasil tem em sua concepção uma fase mais trabalhada para inserir o cidadão no mundo digital, já que se preocupa com a informação que o cidadão recebe, conforme já expomos neste trabalho. Avaliando o conteúdo existente no

portal do projeto percebemos que uma pessoa com pouca instrução teria dificuldade de entender seus objetivos.

Apontamos de forma sistemática que o uso da informação deve ser o ponto central para que qualquer projeto de inclusão digital possa realmente ter impacto na vida de uma pessoa. Assim a transferência de informação se torna um instrumento importante e que deve ser atrelado aos projetos de inclusão digital. Já que de pouco adianta dar noção de informática se ao ser inserido na rede o indivíduo só consegue utilizar o correio eletrônico. Estando assim, subutilizada a sua capacidade de produzir, transformar e receber outras informações que sejam úteis ao seu dia-a-dia e ao seu posicionamento como cidadão.

REFERÊNCIAS

BARRETO, A. de A. Mudança estrutural no fluxo do conhecimento: a comunicação eletrônica. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 27, n. 2, p. 122-127, maio/ago 1998.

BARRETO, A. A. A estrutura do texto e a transferência da informação. **Datagramazero**, Rio de Janeiro, RJ, v. 6, n. 3, p. 01-14, 2005.

_____. Políticas de monitoramento da informação por compressão semântica dos seus estoques. **Datagramazero**, IASI, Rio de Janeiro, v. 04, n. 02, p. 01-16, 2003.

_____. Mudança estrutural no fluxo do conhecimento: a comunicação eletrônica. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 27, n. 2, p. 122-127, maio/ago 1998.

COMMUNICATION RIGHTS IN THE INFORMATION SOCIETY. **O conceito "sociedade da informação" é útil para a sociedade civil?** Cidade do Conhecimento – USP. Disponível em: <<http://www.cidade.usp.br/arquivo/artigos/index1002.php>>. Acesso em: 25 set. 2004.

FERREIRA, Rubens da Silva S. A sociedade da informação no Brasil: um ensaio sobre os desafios do Estado. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 32, n. 1, p. 36-41, jan./abr. 2003.

FIGUEIREDO, Nice M. de. **Textos avançados em referência & informação**. São Paulo: Polis, APB, 1996.

FREIRE, Isa Maria. Da construção do conhecimento científico à responsabilidade social da ciência da informação. **Informação & Sociedade**, João Pessoa, v. 12, n. 1, 2002.

FREITAS, L. S. de. A memória polêmica da noção de sociedade da informação e sua relação com a área de informação. **Informação & Sociedade**, 2002.

HAYASHI, Y. **The Information Society: from hard to soft**. Tokyo: Kodansha Gendai Shinso, 1969.

INGWERSEN, P. Conceptions of Information Science. In: VAKKARI, P. CRONIN, B. (ed.). **Conceptions of Library and Information Science: historical, empirical and theoretical perspectives**. London: Taylor Graham, 1992. p. 299-312.

INGWERSEN, P. **Information retrieval interaction**. London: Taylor Graham, 1992.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA. **Projeto Casa Brasil**. Brasília: MCT, 2006. Disponível em: <<http://www.mct.gov.br>>. Acesso em: abril 2007.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA. **Projeto Cidadão Conectado** – computador para todos. Brasília: MCT, 2006. Disponível em: <<http://www.mct.gov.br>>. Acesso em: abril 2007. Florianópolis, n. 8, set. 1999.

RANGEL, A. M. O Brasil precisa é de inclusão social. IBASE. Disponível em: <<http://www.ibase.org.br/pubibase/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm>>. Acesso em: 20 mar. 2004.

_____. Exclusão Cefálica. **Sete pontos**. Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, mai. 2003. Disponível em <<http://www.comunicacao.pro.br/setepontos/1/cefalica.htm>>. Acesso em: 8 fev. 2004.

ROBREDO, Jaime. **Da Ciência da Informação revisitada aos sistemas humanos de informação**. Brasília: Thesaurus Editora e SSRR Informações, 2003.

SCOTTI, E.V. et al. O terceiro milênio e o paradigma da informação. **Encontros Bibli: Revista de Biblioteconomia e Ciência da Informação** Disponível em: <<http://www.ced.ufsc.br/bibliote/encontro/bibli8/bibli8.html>>

SEABRA, C. Inclusão digital: algumas promessas e muitos desafios. **Centro de Inclusão Digital e Educação Comunitária**. Disponível em: <<http://www.cidec.futuro.usp.br/artigos/artigo12.html>>. Acessado em: 28 jan. 2004.

SETZER, V. Dado, informação, conhecimento e competência. **DataGramZero . Revista de Ciência da Informação**, n. 0, dez. 99. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/dez99/F_I_art.htm>

SILVA FILHO, A. M. da. Os três pilares da inclusão digital. **Revista Espaço Acadêmico**, ano III, nº 24, maio de 2003.

SILVEIRA, S. A.. **Exclusão digital: a miséria na era da informação**. São Paulo: Perseu Abramo, 2001.

SIRIHAL, A. B.; LOURENÇO, C. de A. . **Informação e Conhecimento: aspectos filosóficos e informacionais**. S.n.d.

TAKAHASHI, T. (Org.). **Sociedade da informação no Brasil: livro verde**. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000.

UNESCO. **Communication and society: a documentary history of a new world information and communication order seen an evolving and continuous process, 1975 -1986**. Paris, UNESCO, 1987.

_____. **Un solo mundo, voces multiples: comunicaci3n e informaci3n en nuestro tiempo**. México: Fondo de Cultura/UNESCO, 1980. (Informe da Comissão Internacional sobre problemas da comunicação, presidida por Sean Mac Bride.)